



# SOCIALISMO LIBERTARIO

23

ÓRGÃO DO ANARQUISMO ORGANIZADO

Nº23 - Ano VII - Trimestre: Abril/Maio/Junho - 2010 - R\$ 1,00

3 editorial / 4 situação nacional / 6 regionais / 7 internacional

## Tragédia no Chile e Haiti



Nosso colaborador internacional José Antônio D. Gutierrez analisa as causas sociais escondidas no discurso oficial sobre a tragédia que se abateu sobre o Haiti e o Chile e busca contrastes e semelhanças entre as realidades. Nos dois casos onde a dor e o sofrimento pelas perdas humanas se impôs a mesma emergência da solidariedade do povo com o povo.

Pg.07

## Sindicalistas assassinados na Bahia

Quadrilha comandada pelo prefeito de Porto Seguro no sul da Bahia é responsável pelo crime contra a vida de dois sindicalistas militantes da educação da rede pública municipal. O prefeito Gilberto Abade do PSB está impune.

Pg.06

## NEM DAS PRIVATIZAÇÕES E NEM DA BUROCRACIA O PETRÓLEO TEM QUE SER DO POVO



Defender o público para os anarquistas é o lugar de onde se parte, com seus limites e possibilidades, para defender as conquistas, os recursos e os serviços que formam um patrimônio dos trabalhadores que só pode ser estendido a todo o povo em franca ruptura com o capitalismo.

Pg. 04

## Invasão dos transgênicos e luta pela terra.

Em mais um ano de política para o agronegócio a revelia da reforma agrária por parte do Estado, o Brasil não perde o título de campeão da concentração de terras. Estudos indicam que o Brasil

terminou 2009 como um dos países com a estrutura agrária mais desigual do mundo. O índice relativo à ocupação de terras oficializado em 5 de novembro pelo IBGE, indica que enquanto os

estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de 1 mil hectares concentram 43% da área total.

Pg.05



## DIREITOS HUMANOS

Para os oprimidos o direito a memória e a verdade não pode se sujeitar as conciliações do governo com os setores reacionários.

pg.04 e 05

## Organizações sociais fizeram o 8º Elaopa no Uruguai.

**Da redação**  
Durante os dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 2010, se realizou o VIII Encontro Latino-americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), na Colônia de Férias do Sindicato de Artes Gráficas (Lagomar). Mais de 400 companheiros e companheiras fundamentalmente do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai participaram do Encontro.

Entre o debate e intercâmbio das comissões temáticas que se formaram no

encontro as conclusões gerais tomadas no plenário foram:

- Combater o plano IIRSA como se fez com a ALCA denunciando por todos os meios;
- Repúdio a invasão imperial do Haiti e o golpe em Honduras com lutas de conjunto em cada país.
- Seguir desenvolvendo e aperfeiçoando os projetos de comunicação entre as organizações e o continente.
- Construir o próximo encontro no Brasil.



fonte: elaopa.org



### Visite [passapalavra.info](http://passapalavra.info)

Notícias, artigos opinativos, cartuns, denúncias, vídeos, áudios, debates e outros materiais informativos de produção própria, visando a construção de uma rede de solidariedade e colaboração entre todos aqueles que lutam contra as injustiças sociais.

## 31 de março. Agitação por direitos humanos e contra os crimes da ditadura.



Colagem de cartazes em Porto Alegre-RS.

## Fortalecendo o anarquismo especificista no Nordeste.

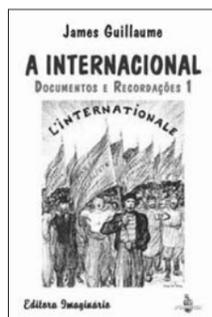
CAZP

No dia 5 de março, em atividade pública, que contou com o lançamento do documento "Alagoas e a construção do Poder Popular", o Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP) confraternizou seus 8 anos de luta.

Já em Abril, nos dias 1 e 2, foi organizado o evento "Debates sobre lutas e conjunturas" também pelo CAZP. Esta atividade contou com a presença dos companheiros do Coletivo Libertário Delmiense - COLIDE, de Delmiro Gouveia no sertão alagoano, e da Organização Resistência Libertária - ORL (Ceará), além de companheiro de Paulo Afonso (BA). Uma atividade importante no fortalecimento do anarquismo desde uma perspectiva especificista.

**Avante o anarquismo militante e inserido socialmente!**

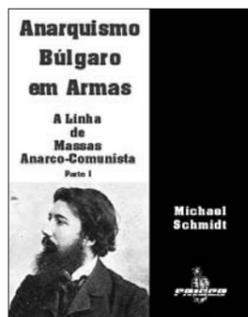
## Estante de livros libertários:



**A INTERNACIONAL: DOC. E RECORDAÇÕES: VOL. I**

James Guillaume \* R\$ 32,00 \* 232 páginas \* Imaginário / Faísca

O presente volume fundamenta um importante debate sobre a AIT que foi um dos grandes, senão o maior, dos acontecimentos envolvendo diretamente a classe trabalhadora no século XIX.



**ANARQUISMO BÚLGARO EM ARMAS**

Michael Schmidt \* R\$ 8,00 \* 80 páginas \* Imaginário / Faísca

Este livreto traz ao leitor as experiências de organização e luta que se deram em torno da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB).



**A CIÊNCIA E A QUESTÃO VITAL DA REVOLUÇÃO**

Mikhail Bakunin \* R\$ 18,00 \* 96 páginas \* Faísca

No presente ensaio, de 1870, Bakunin dirige-se à juventude russa na tentativa de colaborar para a organização revolucionária na Rússia czarista, denunciando os "socialistas retóricos".

## Quem somos nós?

O Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) é uma instância criada em 2001 para o debate e coordenação de grupos e organizações anarquistas entorno de um projeto militante para a realidade brasileira. A Carta de Intenções, os elementos de análise e acordo político dos encontros nacionais constituem seu pacto associativo.

### Nossos contatos:

**SECRETARIA NACIONAL**  
relacoes@vermelhoenegro.org

**VERMELHO E NEGRO.**  
vermelhoenegro@riseup.net  
cx.postal 280 CEP 44001-970  
Feira de Santana-BA  
vermelhoenegrofao.wordpress.com

**COLETIVO ANARQUISTA ZUMBI DOS PALMARES.**  
cazp@riseup.net  
cx.postal 136 CEP 57020-970  
Maceió-AL  
cazp-al.blogspot.com

**RUSGA LIBERTÁRIA.**  
rusgalibertariafao@riseup.net  
rusgalibertariafao.blogspot.com

**FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA.**  
secretariafag@vermelhoenegro.org  
vermelhoenegro.co.cc

**FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO.**  
farj@riseup.net  
cx.postal 14576 CEP 22412-970  
Rio de Janeiro-RJ  
farj.org

## Socialismo Libertário

**órgão do anarquismo organizado**

É um periódico nacional coeditado pelos grupos aderidos ao FAO e seus colaboradores. Todos os artigos são de sua responsabilidade, salvo os assinados por colaboradores ou reproduzidos de outros lugares para informação e debate.

### Outras

#### referências:

[anarkismo.net](http://anarkismo.net)  
[nestormakhno.info](http://nestormakhno.info)  
[nodo50.org/fau](http://nodo50.org/fau)  
[elaopa.org](http://elaopa.org)  
[editorafaisca.net](http://editorafaisca.net)  
[anarquismosp.org](http://anarquismosp.org)  
[passapalavra.info](http://passapalavra.info)

**A**pós duas edições em atraso da publicação do Socialismo Libertário, estamos de volta às páginas do nosso jornal. A invasão da sede da Federação Anarquista Gaúcha pela polícia a mando da Governadora do RS atacou a redação do nosso periódico nacional e processou militantes, porém não pôde intimidar o anarquismo organizado e a sua luta.

### Os crimes do sistema seguem impunes

Mais uma vez afirmamos e não nos cansamos de dizer que o sistema capitalista é criminoso por natureza. Até mesmo nas situações como as dos terremotos que atingiram ao Haiti e ao Chile onde a origem está num desastre natural. No entanto, as conseqüências nos revelam a vulnerabilidade dos pobres desse sistema. A tragédia no Haiti, por exemplo, não foi provocada por desastres naturais, a grande tragédia desse povo tem causas sociais e históricas contundentes. A tragédia sofrida pelo povo haitiano é o artifício usado para mascarar a invasão estadunidense de “ajuda humanitária”. É também da desgraça alheia que os criminosos desse sistema calculam as possibilidades de lucro com a reconstrução e endividamento desses países atingidos pelo terremoto.

### O jogo das representações

As mudanças que o sistema oferece são apenas um jogo de representações ou de falsas aparências. Obama exibe o Nobel da Paz exercendo a mesma política imperialista nociva aos povos do mundo.

Lula é eleito o estadista do ano e é projetado como provável candidato a secretário-geral da ONU. É nossa tarefa desmascarar um governo conciliador que

# Socialismo Libertário que não se cala jamais.

## Editorial



busca a pacificação a qualquer custo, negociando a verdade e a justiça ao preço da impunidade dos crimes do Estado e das classes dominantes. Direitos humanos não estão para negócio e fazer conquistas nessa pauta é ir vencendo lutas, impondo derrotas aos inimigos da justiça e da liberdade do povo.

Neste ano em que a democracia burguesa oferece o voto, nosso esforço e campanha não será para alimentar a máquina eleitoral ou mudar a aparência sem alterar a relação de poder. Tampouco caímos na lógica do menos pior ou do

discurso do melhorismo que na verdade serve para atrelar os movimentos sociais ao aparelho do estado e nunca nos oferece outro horizonte.

A nossa opção requer uma estratégia própria que confronta o sistema dominante, de construção difícil, mas que permita fazer política e acumular forças com independência.

### Semear a luta e a solidariedade

Se por um lado, a investida contra a FAG atrapalhou a publicação deste jornal, por outro, multiplicaram-se as

ações de propaganda, solidariedade e ação direta. Os diversos comunicados de solidariedade e os atos de protesto no Uruguai e na Espanha em frente à embaixada brasileira foram as respostas imediatas da ideologia anarquista aos criminosos desse sistema.

Nesse período nos fortalecemos enquanto proposta política anarquista para o Brasil, avançando do sul, centro-oeste e nordeste para o sudeste do país a partir da adesão ao FAO da Federação Anarquista do Rio de Janeiro e a fundação da Federação Anarquista de São Paulo.

Na medida em que vamos consolidando uma coordenação de organizações anarquistas no Brasil, em nossa América Latina a ideologia também vai dando passos firmes de luta e organização. Nossa política para o continente tem firmado aos poucos uma proposta de integração latino-americana que não esbarra no limite das cúpulas de presidentes ditos progressistas e tampouco aceita a farsa do Plano IIRSA levado silenciosamente por esses mesmos governos. Defendemos a integração dos povos oprimidos e não dos Estados opressores ou tampouco dos recursos naturais à disposição do sistema capitalista.

Somos partidários de um Poder Popular descentralizado, federalista, construído na base da democracia direta, com independência de classe, na autonomia e autogestão econômica dos povos sobre os bens naturais, e na legítima ação direta como meio de luta contra aquele que nos oprime.

Diante da ofensiva dos criminosos desse sistema vamos resistindo nos fortalecendo, semeando luta e solidariedade.

**GT NACIONAL FAO**

### Crítica



**Errico Malatesta**

**Seleção: Felipe Corrêa  
Tradução: Júnior Bellé.**

**O**s anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele um dos pilares de sua ação, fazendo o possível para que esse movimento, em cooperação com outras forças progressistas existentes, desemboque numa revolução social que leve à supressão das classes, à liberdade total, à igualdade, à paz e à solidariedade entre todos os seres humanos.

Mas seria uma grande e letal ilusão crer, como fazem muitos, que o movimento sindical possa e deva, por si mesmo, como conseqüência de sua própria natureza, levar a uma revolução desta magnitude. Ao contrário, todos os movimentos fundados nos interesses materiais e imediatos – e não se pode edificar sobre outras bases um vasto movimento de trabalhadores –, se lhes faltam o fermento, o impulso, o trabalho apurado dos homens de idéias, que combatem e sacrificam-se vislumbrando um porvir ideal, tendem fatalmente a adaptar-se às circunstâncias, fomentam o espírito conservador e o temor às mudanças naqueles que conseguem obter condições melhores, e, geralmente, terminam criando novas classes privilegiadas, servindo para sustentar e consolidar o sistema que desejam abater.

Disto surge a urgente necessidade de que existam organizações estritamente anarquistas que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutem para a realização integral do anarquismo e tratem de esterilizar todos os germens de degeneração e reação. [...]

É claro que em muitos casos os sindicatos, pelas exigências imediatas, estão obrigados a acordos e compromissos. Eu não os critico por isso, mas é justamente por tal razão que devo reconhecer nos sindicatos uma essência reformista. [...]

Por meio das organizações fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores

adquirem a consciência da opressão em que se encontram e do antagonismo que os divide de seus patrões, começam a aspirar uma vida melhor, habitam-se à luta coletiva e à solidariedade, e podem chegar a conquistar aquelas melhorias que são compatíveis com a persistência do regime capitalista e estatal. [...]

Enquanto os sindicatos devem livrar a luta por meio da conquista de benefícios imediatos, e sem dúvidas é justo que os trabalhadores exijam melhorias, os revolucionários ultrapassam isto também. Eles lutam por uma revolução expropriadora do capital e pela destruição do Estado, de todo Estado, não importa como se chame. [...]

Os anarquistas nos sindicatos deveriam lutar para que estes permaneçam abertos a todos os trabalhadores qualquer que seja sua opinião e partido, com a única condição de ter solidariedade na luta contra os patrões; deveriam opor-se ao espírito corporativo e a qualquer pretensão de monopólio da organização e do trabalho. Deveriam impedir que os sindicatos servissem de instrumento de politicagem para fins eleitorais ou para outros propósitos autoritários, e praticar e instruir a ação direta, a descentralização, a autonomia, a livre iniciativa; deveriam esforçar-se para que os organizados aprendam a participar diretamente na vida da organização e a não criar necessidade de chefes e de funcionários permanentes.

# PRÉ-SAL. O petróleo só será nosso num projeto socialista.

Seu Pedro trabalhou durante vinte anos na Refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Em 2005, foi demitido, e agora, com 62 anos, sobrevive de biscates. À noite, seus sonhos e

pesadelos são iluminados pelas chamas dos flares da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, que consegue ver de casa.

Antony Devalle

(Organização Popular RJ)

Carla levanta de segunda a sábado às 5h no complexo de favelas de Manguinhos pra estar às 6h no edifício-sede da Petrobras, o Edise, no Centro da Cidade Maravilhosa, onde trabalha como faxineira terceirizada. Recebe cerca de um salário-mínimo no líquido (às vezes menos, dependendo dos descontos). Separada, tem dois filhos pra criar e ouve sempre no serviço (e fora) que a Petrobras é do povo e socialmente responsável. Socorro distribui folhetos de propaganda de postos da marca Esso nas ruas de São Paulo. Nunca teve carro, mas volta todo dia pra casa com o rosto cheio de fuligem e tem três parafusos na perna esquerda, resultado de um atropelamento.

Essas três histórias, “inventadas”, são um condensado de muitas histórias reais semelhantes. O fio condutor que passa por todas elas é uma realidade em que a riqueza gerada no Brasil a partir do petróleo nunca chegou realmente às mãos da classe trabalhadora, sem a qual essa matéria-prima especialmente estratégica nunca se tornaria propriamente ouro negro. A burguesia, tanto a “nacional” quanto a transnacional, se apropria desse tesouro. Deixa um pouco pros políticos profissionais que ocupam cargos oficiais, que em geral servem a seus interesses, e, junto com esses, entrega a contragosto migalhas pra



Protesto social no Rio de Janeiro contra os leilões da Agência Nacional do Petróleo.

parte do povo, quando entrega, a custo de muito suor. Mesmo assim, ouvimos que o petróleo é nosso.

Com o objetivo de desmascarar essa farsa e de lutar pra que o ouro negro esteja realmente a serviço do povo, diversas organizações levam adiante, há cerca de dois anos, a campanha O petróleo tem que ser nosso. Sugerido pelo campo socialista, esse nome é uma homenagem à campanha O petróleo é nosso, das décadas de 1940 e 1950, que garantiu o monopólio estatal de grande parte das atividades do setor de petróleo e a criação da Petrobrás, passos que, embora insuficientes, representaram uma importantíssima vitória contra aqueles que defendiam a aplicação direta da ideologia O petróleo é Esso. Além disso, o campo socialista traça uma linha de continuidade com a luta contra os leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que vem desde a quebra do que havia de monopólio estatal

na área, em 1997, no governo FHC. E, sobretudo, ressalta que somente ultrapassando os limites do nacionalismo será possível mudar efetivamente, pra melhor, nossa vida cotidiana.

O governo Lula manteve o marco regulatório neoliberal de FHC até agora. Recentemente, anunciou como a segunda independência o ajuste que propôs, em que o regime de concessões permaneceria no pós-sal e o petróleo do pré-sal seria partilhado entre o Estado brasileiro e as empresas de petróleo. Ou seja, mantém a privatização e mesmo a desnacionalização. A Petrobras permanecerá como Petrobrás, com grande parte de suas ações em mãos privadas, inclusive na bolsa de Nova Iorque, e com uma lógica de mercado. Num contexto como esse, em que o campo nacionalista em grande medida apóia, na prática, a base do projeto do governo, é muito importante que o campo socialista reforce ainda mais sua participação na

campanha, dialogando nesse sentido com o povo, especialmente com seus setores mais excluídos.

Pro campo socialista, o petróleo só será realmente nosso, estando a serviço do povo brasileiro em solidariedade com outros povos, se retomarmos o monopólio, só que desta vez com uma Petrobrás 100% sob o controle dos trabalhadores. Somente se o petróleo for governado por essa lógica teremos condições de fazer uma transição mais rápida pra uma matriz energética em que fontes menos poluentes sejam prioritárias. Apenas assim poderemos mudar nossas cidades, pra que estejam voltadas pras pessoas e não pros carros e pros cifrões. Sem ultrapassar o nacionalismo, dificilmente terminará o subimperialismo do Brasil e da Petrobrás em países como a Bolívia, o Paraguai e o Equador. Finalmente, somente se o povo controlar o setor de petróleo, sendo o protagonista das decisões nas questões a ele referentes, o dinheiro gerado pelo petróleo servirá realmente pra resolver os graves problemas sociais do nosso país. Os anarquistas, que já têm mantido uma atuação importante na campanha O petróleo tem que ser nosso, podem qualificar muito a luta pra fazer dessa campanha uma verdadeira campanha socialista com grande participação popular.

## Direitos Humanos sem negociação.

Alexandre Grauberg

O decreto federal 7 073 de 21 de dezembro de 2009 promulgou o III Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH 3). Os ministros de Lula estrelaram na imprensa entre farpas nas primeiras semanas do ano. Jobim da Defesa e Stephanes da Agricultura deram sem rodeios posição pela direita fazendo alarmismo pelos milicos e o agronegócio. Os violadores dos direitos humanos gritam em causa própria. As forças armadas, os latifundiários, os donos dos maiores grupos de comunicação e a ortodoxia da igreja católica são aqueles setores reacionários que nunca perderam seguro no poder dominante.

O PNDH 3 foi construído ao longo do ano 2008 pelo trabalho das conferências de direitos humanos, realizadas em todos os estados do país, e aprovado na 11ª Conferência Nacional que tomou reivindicações históricas de mov. Sociais e ativistas por Direitos Humanos. Entre elas: (a) Comissão da Verdade para apurar crimes de Estado no contexto da repressão política da ditadura; (b) Mediação prévia na Justiça com os movimentos sociais antes das ordens de despejo; (c) Revisão de normas de outorga e novas concessões para rádio e TV; (d) Direitos de união civil e adoção para LGBT e criminalização da homofobia; (e) Retirada de símbolos religiosos de repartições públicas; (f) Descriminalização do aborto; (g) Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas. Em que pesem relativamente os limites do trâmite para-institucional e da formatação final do governo, tem o mérito de agitar o debate nacional e abrir frente de luta pra confrontar um sistema, que a rigor, não estampa os direitos humanos na sua bandeira.

Como advertiu um colunista da imprensa crítica, o plano é só um plano, uma espécie de carta de intenções, só pode ser cumprido por aprovação legislativa e/ou judicial. E nem mesmo dentro do governo é unanimidade. Na imprensa, foi versado como projeto autoritário, revanchista, etc., por intimidação de um discurso reacionário produzido nas trincheiras da direita.

Muito cedo Lula se acovardou à pressão conservadora. Em 13 de janeiro o novo decreto sobre o PNDH atendeu a reclamação dos militares de tratar em equivalência como crimes: a tortura e a repressão brutal do estado e a resistência armada a ditadura. Por outra parte, o secretário especial dos direitos humanos Paulo Vannuchi disse na imprensa que a legalização do aborto tem que ser rediscutida.

Direitos humanos sim, mas sem negociação com os seus violadores.

### Entre concessão e partilha o leilão não para.



O modelo de concessão adotado a partir de 97 abriu licitação de áreas que dão os direitos de exploração e a propriedade para o capital privado em troca de regalias ao Estado. Para o pré-sal, depois de licitar 28% das reservas no modelo privatista tucano, o governo Lula propõe o modelo de partilha na exploração. A rigor: o estado é dono de uma parte da produção e a outra é dos grupos privados.

# Transgênicos, conflitos e concentração de terras.

**Em mais um ano de desprezo à reforma agrária por parte do Estado, estudos indicam que o Brasil terminou 2009 como um dos países com a estrutura agrária mais desigual do mundo. O índice relativo à ocupação de terras oficializado em 5 de novembro pelo**

**IBGE, indica que enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de 1 mil hectares concentram 43% da área total.**

## FAG-FARJ

Estes números carregam a vergonhosa afirmativa de permanecerem praticamente inalterados desde 1985. Ainda na pesquisa de 2009 encontramos dados que apontam com clareza a relação direta entre as estatísticas apresentadas e a modernização da produção agrícola com uso excessivo de mecanização, assim como a entrada no competitivo mercado internacional.

Enquanto o latifúndio e as monoculturas do agronegócio produzem dólares para o mercado externo, 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro provêm da agricultura familiar, contrariando o cenário de monopólio das grandes empresas transnacionais que controlam o mercado e os preços. Desta forma, as 20 maiores empresas que atuam na agricultura tiveram um PIB de 112 bilhões no ano de 2007.

O governo Lula não faz reforma agrária, faz um arremedo de política que quando muito, compra terras em medidas insuficientes e não atende o conjunto de medidas sociais e econômicas que os sem terras precisam para trabalhar. A reforma agrária não pode conciliar com o direito de propriedade do latifúndio e a expansão do agronegócio.

Desta forma, os aparelhos de Estado (executivo, legislativo e judiciário) atuam na conservação da estrutura fundiária, base dos conflitos e da violência do campo. Despejos e ações criminais sobre os movimentos perpetuam a negação do acesso dos trabalhadores e das comunidades à terra.

Dados da CPT indicam que, de janeiro a junho de 2009 o total dos Conflitos no Campo – conflitos por terra, por água e trabalhistas – são 366, envolvendo 193.174 pessoas, com 17 assassinatos, 44 tentativas de assassinato,

22 ameaças de morte, seis pessoas torturadas e 90 presas (dados parciais).

Mas o mais preocupante não é revelado pelos números. É toda uma orquestração maior que tenta criminalizar qualquer ação, por mais legítima que seja, colocando os trabalhadores do campo, sobretudo os sem-terra, na mira dos poderes constituídos.

No ano de 2009 o MST e outros movimentos sociais viram-se fuzilados desde os meios de comunicação de massa, a bancada ruralista do congresso e o sindicato nacional das oligarquias rurais. A fúria dos oligarcas e do agronegócio não demorou a dobrar o governo e fazer do Ministro Reinold Stephanes (Agricultura) seu porta-voz no Planalto. O choro dos ruralistas persegue a desmoralização e a criminalização do MST

através de articulações políticas para formar uma CPI no Congresso.

Porém os conflitos não se restringem apenas a questões fundiárias, mas estendem-se também às técnicas de produção dos agricultores familiares.

A agenda dos movimentos sociais do campo tem como pauta estratégica ao longo dos últimos anos a crítica à entrada dos organismos geneticamente modificados (OGM's) na agricultura. Estas reivindicações estão focalizadas no alargamento do poderio transnacional, na perda de autonomia do produtor rural, na segurança alimentar do consumidor e nos elevados riscos de contaminação genética da biodiversidade.

Portanto lutar contra os OGM's hoje, no campo e na cidade, é combater o modelo

capitalista de agricultura. Para tal as organizações populares tem investido na discussão a favor das sementes crioulas e da produção agroecológica como forma de manter a população no campo a partir de técnicas de produção sustentáveis.

No Brasil, o órgão técnico colegiado responsável para a pesquisa e parecer da liberação de OGM's é a CTNBio, criado em 2005 pelo governo. Desde sua criação tem feito posição majoritária a favor das indústrias de biotecnologia como Basf, Bayer, Cargill, Monsanto e Syngenta entre outras, que são controladoras dos segmentos de agrotóxicos e sementes no Brasil e no Mundo.

O governo Lula e o agronegócio, através da CTNBio já liberou em mais de 4 anos duas variedades de soja, onze de milho e seis de algodão.

O Brasil plantou no ano passado 21,4 milhões de hectares com cultivos geneticamente modificados, que correspondem a 16% da produção mundial de transgênicos, transformando-se em 2009 no país com a segunda maior área cultivada de transgênicos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com 64 milhões de hectares para os cultivos transgênicos.

Em 2010 os movimentos sociais do campo seguem firmes denunciando as contradições de um modelo que não planta para a vida, concentrando terras, assassinando trabalhadores e envenenando alimentos. Para isso, organizam-se na construção de um povo cada vez mais forte que possa produzir com autonomia, diversidade, justiça e saúde, resistindo no campo e lutando sempre por uma reforma agrária cada vez mais popular.



Piquete de mulheres contra os transgênicos no portão da Solae em Esteio-RS.

## Bruno Lima Rocha

Enquanto o Brasil discute a reedição do Plano Nacional de Direitos Humanos e a possibilidade de revisão da Lei de Anistia, nossos vizinhos tentam ajustar contas com o passado. O respeitado semanário Brecha estampa em sua capa de 12/02 a figura do ex-presidente do Uruguai, Juan María Bordaberry. O co-autor do golpe cívico militar de 27 de junho de 1973 foi condenado à pena máxima, 45 anos em prisão domiciliar (pela idade avançada) caso não se evada sem autorização.

A sentença, até agora definitiva, foi dada pela juíza penal Mariana Mota baseando-se em uma lei de cooperação com a Corte Penal Internacional nas matérias de luta contra o genocídio, crimes de guerra e lesa humanidade.

## Bordaberry, o ministro da Defesa e o ajuste de contas com a ditadura

Agora, caberá ao ex-presidente recorrer da condenação por desaparecimento forçada, homicídio político e atentado à Constituição.

Este caso pode abrir um precedente importante para a questão dos direitos humanos na América Latina. Juan María Bordaberry ganhou as mais que suspeitas eleições uruguaias de 1971. Caso perdesse, o político colorado e latifundiário teria como plano B a articulação junto às embaixadas do Brasil e dos EUA para a Operação 30 Horas. A versão da blitzkrieg para o Cone Sul consistia na tomada do território do Uruguai pelas tropas brasileiras estacionadas ao longo dos mais de 1000kms de fronteira seca

entre os dois países. Os blindados do Exército de Caxias fariam às vezes da cavalaria imperial de Osório e decidiriam na ponta dos fuzis a eleição decorrente de um governo sob Estado de Sítio, na gestão do também colorado e presidente com ares ditatoriais, o ex-boxeador Pacheco Areco. A invasão brasileira não foi necessária graças à vitória na urna fraudada. Dois anos depois, estava dado o golpe, instaurando a ditadura que duraria até 1985.

Ao fazermos análise política por comparação fica o espanto de quão distante estamos dos países do Cone Sul da América. No Uruguai e na Argentina, que já puniu parte

dos altos-mandos ditatoriais, os ativistas de direitos humanos lutam para punir a hierarquia intermediária de torturadores e tentam frear a criminalização do protesto político. Com todas as suas limitações, há que se reconhecer que até o Chile da Concertação superou alguns entraves do Estado pinochetista e puniu operadores da temida DINA (polícia política de Pinochet) e outros órgãos de colaboração na Operação Condor.

No Brasil, ainda reclamamos que o governo de Lula ajuste uma parte das contas com o passado ditatorial. No apagar das luzes de 2009, é lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos e o mesmo

é rechaçado em bloco pelo ministro da Defesa que fora ministro da Justiça de FHC, ombro a ombro com os comandantes das Forças Armadas. De sua parte, Luiz Inácio saiu pela tangente, declarando não ter lido o decreto do PNDH antes de assiná-lo. Desde a chiadeira castrense no final do ano o Plano vem sendo lavado, mantendo a anistia para os autores de crimes como tortura, seqüestro, assassinato, estupro, roubo de crianças e espólio de bens pessoais.

Bordaberry pode estar em casa, mas está preso e condenado em duas instâncias. Foi sentenciado na Justiça formal do país onde já foi ditador e na memória permanente cultivada, não permitindo esquecer aquilo que jamais deveria haver acontecido.

As constantes enchentes em São Paulo, neste início de 2010, vêm deixando um rastro de deslizamentos, mortes e desalojamentos (por medidas de “segurança”). O prefeito Gilberto Kassab colocou a culpa em São Pedro e alegou não ter tido tempo suficiente de governo para resolver esses problemas.

Vendo que o discurso do ano passado, de culpar os seus antecessores, não convencia mais, o prefeito, no governo há quatro anos, decidiu agora culpar a natureza pelo excesso de água. Por isso, não comentou o corte de verba da limpeza pública feito em 2009, nem mesmo a interrupção da limpeza do Rio Tietê feita pelo governador José Serra, ou o atraso da prefeitura e do governo do estado para construir piscinões. Além disso, a “dupla sinistra” Kassab-Serra encomendou a revitalização da Marginal Tietê, realizada por um cartel de concessionárias do sistema rodoviário, para a construção de seis novas faixas (três de cada lado), com o gasto de R\$

## Enchentes na terra da garoa.

Federação Anarquista de São Paulo

1,3 bilhão. Isso, além de agredir o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, que tem como norma priorizar o transporte coletivo ao individual, aumenta a impermeabilização do solo e reduz as margens já insuficientes do rio Tietê, que deveriam conter as águas nos momentos de cheias.

O cinismo chega ao limite quando o prefeito faz a recomendação de que “a população fique tranquila. Os recursos têm sido usados da melhor maneira possível, e vai continuar sendo assim”. Talvez seja fácil para o prefeito manter a tranquilidade já que ele não perdeu a casa ou algum ente querido graças aos contínuos alagamentos. É o povo pobre das periferias que vem sentindo a verdadeira tragédia das enchentes, principalmente pela falta de planejamento da ocupação do solo urbano. Esse planejamento já seria

possível com os Estatutos das Cidades, adotados em poucos municípios e que, para complicar ainda mais, não vêm recebendo as verbas necessárias.

Teoricamente, o aumento regular de 1% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem como destino a construção de moradias populares. Porém, as verbas nem sempre vão para onde deveriam. Há ainda um segundo problema: o CDHU, órgão responsável pela construção de moradias populares, não dá a atenção necessária às áreas de risco. O orçamento desse ano para o CDHU é de R\$ 1,4 bilhão, o que possibilitaria a construção de 32 mil moradias no estado de São Paulo até o final do ano, sem contar as revitalizações e regularizações de bairros. Se esse recurso for ampliado com mais R\$ 3 bilhões, esse número subiria para 100 mil moradias, o que

seria fácil de conseguir caso o governo do estado cobrasse a ajuda que Lula prometeu quando veio a São Paulo e, em um de seus discursos eleitoreiros, afirmou que iria liberar verba para melhorar a situação – o tal “PAC das enchentes”.

A afirmação do prefeito de que “os recursos têm sido usados da melhor maneira possível” não reflete a realidade, e nos faz temer que “vai continuar sendo assim”.

Enquanto isso, o povo, sem opção, vive nas áreas de risco, nas encostas, nas varzeas e nos morros. Segundo Kassab, quatro anos é muito pouco tempo pra resolver a situação. O que se evidencia, no entanto, é a falta de vontade para resolver os problemas e o conhecido processo de desenvolvimento das cidades, a partir de uma subserviência às elites locais e internacionais, jogando mais ainda às margens a população das periferias, e optando por um modelo de cidade que causa ainda mais exclusão.

## Repressão sindical na Bahia.



Vermelho e Negro - BA

**Sindicalistas de Porto Seguro foram assassinados por quadrilha liderada pelo prefeito Gilberto Abade (PSB)**

Em novembro do ano passado denunciámos os assassinatos dos professores, Álvaro Henrique Santos e Elisney Pereira, ocorridos em setembro de 2009, como um crime do governo corrupto e assassino de Gilberto Abade, do PSB de Porto Seguro, no sul da Bahia.

Álvaro Henrique, era presidente da APLB-Porto Seguro e Elisney, secretário do sindicato, ambos estavam envolvidos na greve dos professores da rede municipal de educação de Porto Seguro, que reivindicava melhores salários para os profissionais da educação e denunciava a situação precária das escolas e a corrupção no governo do prefeito Gilberto Abade, quando foram assassinados.

Apesar da mobilização de professores e organizações populares de Porto Seguro, as investigações foram lentas e superficiais, mas vieram a confirmar o crime político. O agora exonerado secretário de Governo e Comunicação, Edésio Dantas Lima, homem-forte,

braço direito do prefeito Gilberto Abade e também secretário-geral da executiva estadual do PSB baiano, está preso como mandante do crime. Os policiais militares Sandoval Barbosa dos Santos, Geraldo Silva de Almeida e Joilson Rodrigues Barbosa, que participaram do crime, também se encontram detidos. Mais dois policiais militares envolvidos no crime estão foragidos, Antonio Andrade dos Santos Junior e Danilo Costa Leite. O motorista da prefeitura e traficante de drogas, Antônio Marcos Carvalho, vulgo “Pequeno”, também envolvido no crime foi assassinado na prisão, numa queima de arquivo, assim como, o “pistoleiro” Rodrigo Santos Ramos, conhecido como “Terceiro”.

A conclusão deste caso, mais um onde lutadores do povo são assassinados covardemente, nos leva a conclusão que o prefeito Gilberto Abade (com o aval e conivência do PSB) é o comandante de uma quadrilha da qual o ex-secretário Edésio

Dantas também faz parte, juntamente com PMs, traficantes e pistoleiros, e são os responsáveis diretos por crimes como corrupção, tráfico de drogas e extermínio de pessoas. Ou seja, além do ex-secretário o atual prefeito também é um dos mandantes dos assassinatos dos professores e dirigentes sindicais Álvaro Henrique Santos e Elisney Pereira.

Enquanto anarquistas, acreditamos que é uma obrigação de todas as organizações e lutadores/as comprometidos/as com a causa do povo denunciar esse crime. Já sabemos que nenhuma confiança pode ser depositada na justiça burguesa e defendemos que a auto-organização da classe trabalhadora é o único caminho para resistir aos crimes de Estado (ou para-estatais). Devemos responder a todos os ataques através de instrumentos próprios de auto-defesa, construídos dentro dos movimentos sociais classistas e combativos, utilizando o princípio da justiça popular.

## Oposição sindical de Alegrete/RS vai a luta e vence a burocracia.

Anderson R. P. Corrêa

No dia 31 de março de 2010 a oposição sindical venceu a eleição para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Alegrete (RS) - STEMA. A diretoria eleita é composta de trabalhadores que vem em mobilização para resgatar o sindicato. A luta vem se acumulando desde 2009, com varias mobilizações: passeatas e assembléias, etc. A nova diretoria eleita traz a pratica de um sindicalismo classista, combativo, com trabalho de base e em solidariedade aos movimentos sociais. Nesta diretoria existe a presença de militantes anarquistas.

Com uma ampla rede de apoio a diretoria eleita destaca o apoio de varias organizações sociais e populares como Cpers, SENASEF, Intersindical, Resistência Popular, Unidade Classista, Federação Anarquista Gaúcha e o Partido Comunista Brasileiro.

Dentre tantas lutas que pretende-se travar temos como objetivo principal: uma companha de filiação permanente, visita nas Escolas e escolha de delegado s por Escola, em defesa de um Piso Salarial não inferior ao Piso Salarial Nacional (os professores de Alegrete possuem um piso de R\$320,00 para 20h), contra a retirada de verbas da Educação no Município (MDE municipal), em defesa da autonomia financeira, pedagógica e administrativa, em defesa de uma educação popular, etc.

**Por um sindicato classista, combativo e autônomo!  
Por um sindicalismo revolucionário, com ação direta e pelo Poder Popular!**



Manifestação pelo piso da categoria organizada pela oposição.

# Só o povo ajuda o povo.

*Chile e Haiti tão diferentes e tão parecidos...*

José Antonio Gutiérrez D.

2010 começou marcado com duas tragédias que sacudiram a América Latina: o terremoto do Haiti em 12 de Janeiro e o terremoto do Chile em 27 de Fevereiro. A imprensa internacional aprofundou bastante nas diferenças entre ambas repúblicas. Algumas diferenças são notáveis: basta dizer que se no Chile não foram contadas vítimas em

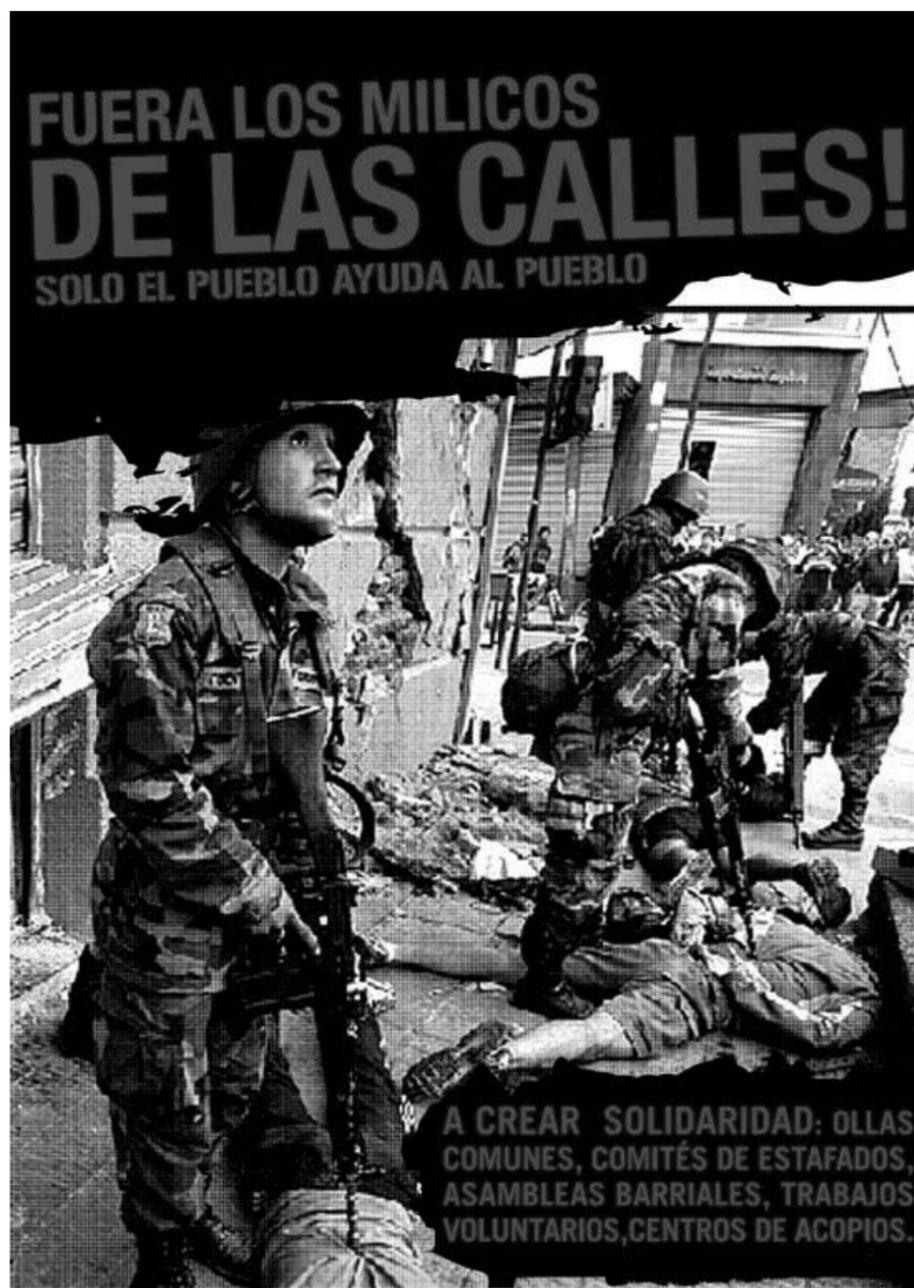
centenas de milhares se deve ao país ter uma infraestrutura muito superior, uma economia muitíssimo menos dependente e menos atrofiada que a haitiana. A miséria no Chile não alcança níveis tão sórdidos como no Haiti, onde a população dos subúrbios da capital recorreu a bolachas de barro para enganar a fome

Ainda que as diferenças sejam evidentes, pouco se falou das semelhanças que não são menos reais e creio que são as que verdadeiramente refletem o rosto do capitalismo.

No Haiti três décadas de desenvolvimento de medidas neoliberais que arruinaram o campesinato determinaram que milhões de seres humanos tenham terminado sua migração campo-cidade amontoados em imundos subúrbios em Porto Príncipe, onde as vítimas se contaram por dezenas de milhares. No caso chileno, o país conta com uma sólida infraestrutura anti-sísmica. No entanto, o desenfreio neoliberalismo no negócio imobiliário, com participação de personagens vinculados aos governos concertacionistas, se traduziu na última década em construções de péssima qualidade. É incrível que as construções que mais sofreram foram aquelas entregues nos últimos anos.

Em ambos os casos a resposta primordial a catástrofe foi uma resposta militar: No caso chileno a generalização dos saques pela incerteza, a proteção da propriedade privada de alguns grandes armazéns foi prioridade a vida das pessoas. Antes que alimentos, teto e água potável, chegaram tanques blindados com milhares de militares as zonas de catástrofe. A militarização foi justificada mediante uma psicose coletiva, fomentada pelos meios e pela insegurança própria de uma sociedade alienada e individualista fruto do capitalismo mais selvagem imaginável. No caso haitiano, a militarização é fruto dos diversos interesses geopolíticos em jogo na ilha: por uma parte, está a missão da ONU que tem servido de exército ao serviço da oligarquia haitiana e no qual os países latinoamericanos buscam se posicionar no cenário global: o Brasil, por exemplo, tem utilizado como uma moeda de troca para conseguir um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU. Por outra parte, estão os Estados Unidos que ocuparam a ilha como parte do incremento de seu pé de força na região Centroamérica-Caribe e busca recompor sua perda hegemonia absoluta na América Latina.

Em ambos os casos, as necessidades de reconstrução são utilizadas pelas elites locais e pelas potências para impor soluções anti-populares: no caso do Haiti, o informe



de Collier a ONU, assumido entusiastamente por Clinton, enviado especial de Ban Ki Moon ao Haiti, recomenda o desenvolvimento das maquiladoras como a chave para a reconstrucción de Ayiti, em circunstâncias que essa recomendação faz 30 anos significou a ruína dessa nação. No caso chileno, a reconstrução servirá para impor um governo agora dirigido diretamente por um dos donos do país, Piñera, e que imponha um pacto social que recorte os poucos direitos que ainda ficam aos trabalhadores.

Em ambos os casos, o povo soube responder à crise de maneira muito mais eficaz e solidária que os de cima, forjando redes populares como "Sólo el Pueblo Ayuda al Pueblo" no Chile,

animada pelos libertários na capital. No Haiti também inumeráveis redes populares se encontraram para praticar apoio mútuo e se opor as políticas anti-populares.

Aqui quero citar Rafael Agacino, que resumiu as lições do terremoto chileno de maneira magistral: "como o mercado, o Estado também falha, e (...) ambos constituem uma simbiose que o capitalismo modifica segundo as condições históricas (...) Nem mais mercado, nem mais Estado; o que se requer é mais rede, mais entramado, mais tecido, mais organização social, mais sujeitos coletivos soberanos."

A lição para o Haiti não pode ser diferente tampouco.

## IIRSA: mais um plano de saque para América Latina

CAZP

Há séculos a nossa América Latina é alvo de saques e é tratada como espaço de mão-de-obra barata e importante pólo para vazão de mercadorias, além também de provedora de bens naturais.

As formas em que esse quadro de inserção latino-americano na economia e política mundiais se materializaram foram variadas. O que não varia é sua dependência estrangeira e a exploração presente. Atualmente, um projeto tem sido discutido, ainda em fase embrionária, entre os governos do continente com o objetivo, tornado público, de integrar fisicamente suas regiões e países.

Todavia, nem tudo está tão explicado. Tão pouco os países envolvidos nesse debate o fazem de maneira autônoma. O debate não tem sido feito sem o apoio "técnico" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Cooperação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Estamos falando do IIRSA (Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul). Um inédito plano que visa coordenar projetos no continente, inclusive já existentes, que apontem para realizar o que seu nome sugere de modo a agregar na capacidade competitiva e produtiva da região. No Brasil, o PAC é um tipo de programa que se enquadra nos marcos do IIRSA.

Para nós fica a questão: que integração é essa? Que "desenvolvimento" pretendem gerar na região? Como estabelecer uma integração no continente sem uma real participação de seus povos, os mais interessados? Sabemos que isso na verdade é um projeto a favorecer especialmente as grandes transnacionais. É um plano das elites.

Aos movimentos populares de todo nosso continente cabem estarmos atentos e nos prepararmos para resistir, pois a magnitude deste projeto prevê, inclusive, a reorganização estrutural e jurídica de questões-chaves. Uma humilde parcela deles iniciou este debate no Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA) em fevereiro no Uruguai.

Ao longo das edições do Socialismo Libertários pretendemos aprofundar as análises sobre o IIRSA, tentando identificar setores-chaves em que ele irá atuar.

# Como votam os Anarquistas?

Quando em todo Brasil as eleições nacionais vem chegando e agitam de novo a cena da política somos provocados a escrever sobre este tema que, sem

dúvidas, será um acontecimento de atração. Para discutir aqui de um outro modo, para além da oferta de candidatos da campanha.

Os velhos socialistas já nos deixaram ferramentas de análise crítica, que tem vigência em muitos aspectos, a respeito de como opera o mecanismo eleitoral na conservação e reprodução das estruturas do poder. A esquerda brasileira nos últimos 20 anos fez uma experiência política de obrigatória referência jogando suas forças nos pleitos, conquistando bancadas e administrando instituições da democracia formal.

Que as eleições, na escala que sejam feitas, nos dão uma medida relativa da formação das opiniões entre os eleitores, indicam tendências, conformação de interesses, valores e esperanças na sociedade, é bom ter presente. Mas reconhecer indicadores não é o mesmo que validar os seus resultados para uma estratégia de mudança social. O voto não dá necessariamente uma medida da organização dos de baixo, da



consciência política e capacidade de luta por objetivos de classe. Muita energia da esquerda já virou fumaça na história por causa desse engano.

Votar para os anarquistas é um assunto mal explicado, por responsabilidade de uma linha de propaganda que fez a abstenção ou o voto nulo aparecer como uma questão de princípios. Os anarquistas não formam um partido da democracia burguesa e respondem na conjuntura eleitoral pela tática do voto nulo ou da abstenção por uma atitude política que pretende guardar relações de coerência com uma estratégia de poder popular. Chamar a anular sem fazer prioridade ao trabalho de

organização popular é pedir o voto como fazem os partidos integrados no sistema. Não é o voto em si, como mecanismo decisório da sociedade, que é o problema, o problema é para qual estrutura de poder ele funciona. As eleições burguesas não mudam a sociedade, trocam os políticos de turno, mas o poder continua o mesmo, operando nas desigualdades sociais e reproduzindo dominação de classe.

O problema fundamental da democracia no sistema capitalista, como foi criticada pela corrente libertária, é que a igualdade política do direito liberal burguês fica negada pela desigualdades sociais e econômi-

cas da realidade. A democracia burguesa é um regime de direitos onde o poder e a riqueza das classes dominantes são sempre mais decisivos. Qual é a liberdade de escolha de um sujeito que sofre a pressão concreta da pobreza e todas as privações econômicas e culturais desta condição, perguntava Bakunin. O anarquista da velha guarda concluía que o voto, “enquanto seja exercido em uma sociedade em que o povo, a massa dos trabalhadores, esteja economicamente dominada por uma minoria detentora da propriedade e do capital, por independente que seja por outra parte ou que o pareça

desde o ponto de vista político, não poderá nunca produzir mais que eleições ilusórias, antidemocráticas e absolutamente opostas as necessidades, aos instintos e a vontade real dos povos.”

O regime democrático nunca teve lugar seguro na carta de princípios do capitalismo. Na história recente da América Latina quando o poder esteve a ponto de escapar das mãos das classes dominantes e do imperialismo eles preferiram a ditadura dos militares para proteger seus interesses do que jogar sua sorte pelos direitos democráticos. O cenário da abertura deu nova circulação para ideologia liberal burguesa e fez seus conceitos penetrarem nas lutas políticas da esquerda. As liberdades públicas peleadas contra a ditadura se confundiram no programa dos partidos de base operária e popular com a defesa da democracia burguesa e das suas regras como único terreno para buscar mudanças na política. Começa uma história que bem conhecemos no Brasil e em países vizinhos.



publicação da FAU. Maio de 1968, Uruguai.

Rechaçamos o parlamentarismo, como rechaçamos a concepção, também conservadora do “apoliticismo”. Postulamos como complementar a atividade no terreno da luta de massas, sindical ou do tipo que seja e a atividade propriamente política (ou “partidária”) em suas diversas manifestações. Ambas, a ação sindical e a ação específica, se orientadas com fins e métodos

revolucionários, excluem o “apoliticismo sindical” ou “econômico”, e o eleitoralismo ou parlamentarismo.

A ação sindical solitária, por melhor orientada que ela esteja, não é suficiente. A existência de um movimento político revolucionário organizado é condição decisiva para o processo de avanço das lutas em nosso país. Nesta matéria os critérios político-organizativos e a metodologia que

informam a atividade dos partidos e movimentos, são indicativos da perspectiva estratégica e o tipo de tarefas que encaram como fundamentais e que, portanto, são determinantes na vida da Organização.

Existe um tipo “tradicional” de partido, não só na direita. Com estrutura adequada a atividade eleitoral e de propaganda, de envolvimento de simpatizantes e votantes, o que alguns abusivamente chamam “partido de massas”.

Adaptado a um nível mais ou menos baixo de exigências, são sistemas de recrutamento não de um todo contrapostos aos dos partidos burgueses, portanto de pouca solidez real ainda que em algum caso de verdadeiro potencial econômico e grande desenvolvimento material e burocrático. Este tipo de partido se adapta as condições da atividade legal no marco das “garantias constitucionais”. Sem descartar outros

fins, logo de cumpridas etapas mais ou menos fatais, as finalidades certas de sua ação não superam o marco da mobilização preparatória, da propaganda e o desenvolvimento de tarefas eleitorais.

Não há dúvida que um partido deste tipo não pode ser instrumento idôneo para a ação em períodos de “anormalidade”(...)

Além do mais a própria existência de uma organização política revolucionária se legitima no cumprimento de funções que o movimento de massas não pode desempenhar. Em troca, este tipo de partido “tradicional” faz “competição” com o movimento de massas; sua direção trata geralmente de impedir que o sindicalismo, por exemplo, cumpra sua função independente, leve até as últimas consequências suas possibilidades, porque se não fosse assim: que justificativa teria o “partido” ou sua frente eleitoral? (...)

## Conselho Editorial:

Delegados do FAO

## Administração:

secretariado geral da FAG

## Diagramação e revisão:

Polidoro Santos

## Contato de distribuição:

socialismolibertarios@riseup.net

Tiragem: 1 mil exemplares.

**SOCIALISMO  
LIBERTARIO**  
ÓRGÃO DO ANARQUISMO ORGANIZADO

PERIÓDICO NACIONAL DO FAO

Nº23 - Ano VII - Trimestre: Abril/Maio/Junho - 2010 - R\$ 1,00

## \*Assine o periódico:

4 edições = R\$ 3,00 (1 ano)

8 edições = R\$ 7,00 (2 anos)

## E/ou distribua você mesmo:

10 jornais = R\$ 8,00

25 jornais = R\$ 20,00

50 jornais = R\$ 40,00

Depósito: Centro de Solid Ajud Mut

Caixa Econômica Federal

Ag.0511 OP 013 C/C 6219-7

\*não incluídas despesas postais.